



Instrumentos Previsionais para
o ano de 2017

87.

Índice

Nota introdutória	5
1. Política e Estratégia	7
1.1 Objetivos Estratégicos	7
1.2 Compromisso de sustentabilidade financeira e organizacional	8
2. Enquadramento e pressupostos para os documentos previsionais para o ano de 2017	9
2.1 Enquadramento do Orçamento de 2017	9
2.2 Contrato programa para 2017	10
3. Plano de atividades anual	10
3.1 Principais atividades	10
3.1.2 Escola municipal de natação (EMNS)	10
3.1.3 Parque Aquático Municipal – exterior do Complexo Aquático Municipal	10
3.1.4 Festival Nacional de Gastronomia	11
3.2 Infraestruturas sob gestão da empresa	11
3.2.1 Piscinas interiores (Complexo e Sacapeito)	11
3.2.2 Parque Aquático no exterior do Complexo Aquático	11
3.2.3 Pavilhão Gimnodesportivo e Nave Municipal	12
3.2.4 Outros equipamentos	12
3.3 Planeamento de atividades multidisciplinares de lazer e tempos livres	12
3.4 Manutenção, conservação e logística	12
4. Planeamento económico-financeiro e instrumentos de gestão previsual	13
4.1 Plano de recursos humanos	13
4.1.2 Estrutura previsual	13
4.1.3 Custos	14
4.1.4 Desenvolvimento pessoal	14
4.2 Demonstração de resultados previsual	15
4.3 Orçamento de exploração previsual	16
4.4 Demonstração de fluxos de caixa previsual	19
4.5 Balanço previsual	20
4.6 Fundamentação das verbas inscritas no Contrato Programa	21
4.7 Prestação de serviços ao Município de Santarém	21
4.8 Prestação de serviços a outras entidades	21
5. Compromissos plurianuais – autorização prévia genérica	22

Handwritten signature or mark.

Nota introdutória

A Viver Santarém, Desporto e Lazer, EM SA entra em 2017 no terceiro ano de consolidação da sua reestruturação, imposta pela necessidade de respeitar todos os critérios contidos no artigo 62.º da Lei 50/2012, de 31 de Agosto.

Face ao disposto neste artigo, bem como pelo novo paradigma imposto ao setor empresarial local, mostrou-se inevitável reestruturar profundamente a empresa municipal Viver Santarém.

Continuamos a acreditar no paradigma da empresarialização das atividades, baseada na introdução de mecanismos de mercado e na adoção de ferramentas de gestão privada, na promoção de competição entre os fornecedores de serviços de interesse geral, no desenvolvimento da iniciativa económica, na expectativa da melhoria do serviço para o cidadão e no aumento da eficiência e da flexibilização da gestão.

A escolha das atividades prende-se com critérios de operacionalidade, que justificam a agilização de procedimentos, para que as atividades empresarializadas se tornem cada vez mais eficientes e sustentáveis do ponto de vista do custo-benefício;

As vantagens da gestão das atividades no âmbito do desporto, tempos livres e lazer, desenvolvidas sob a forma empresarial, sobrepõem-se largamente aos inconvenientes da prestação direta pelos serviços municipais, acautelando os princípios de racionalidade no contexto das novas formas de gestão e gerando receitas consideráveis nalguns equipamentos que permitam a alocação dos respetivos resultados à manutenção das infraestruturas desportivas do Município sob gestão da empresa, reduzindo os gastos deste nesta área.

Para o ano de 2017, em linha com o perspectivado no estudo de viabilidade económico-financeira para a reestruturação da empresa, aprovado em 2014, é reduzido o valor do Contrato Programa em 100.000€ comparativamente aos anos de 2015 e 2016, cumprindo todos os pressupostos de sustentabilidade da empresa, diminuindo o peso da comparticipação do Município nos subsídios à exploração, permitindo o cumprimento dos critérios legais e concretizando os objetivos definidos.

Apesar das dificuldades por todos reconhecidas, foi possível apresentar em 2014 e 2015, conforme espelhado nos Relatórios e Contas daqueles anos, resultados operacionais e de desempenho que confirmam e nos mantêm convictos de que foi tomada, em devido tempo, a decisão mais acertada quanto ao rumo da empresa, esperando-se o mesmo desempenho no corrente de ano 2016.

O Conselho de Administração da Viver Santarém, Desporto e Lazer, EM SA,

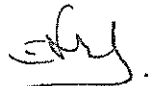
Em Santarém, 25 de outubro de 2016,

O Presidente,

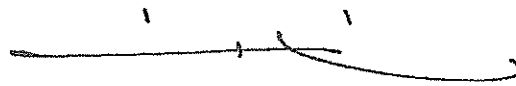


Ricardo Gonçalves

Os Vogais,



Inês Barroso Lopes



Luís Sousa Farinha

1. Política e Estratégia

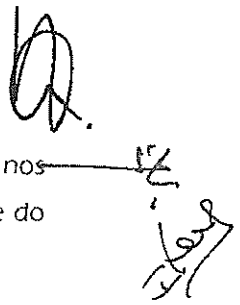
1.1 Objetivos Estratégicos

São objetivos estratégicos da Viver Santarém, Desporto e Lazer, EM SA (VS) os constantes do seu objeto social, nomeadamente:

Assegurar a prestação de serviço público no âmbito da atividade física e desportiva, do lazer e tempos livres e de outras atividades de animação do concelho, nomeadamente as que sejam determinadas realizar pelo município nos espaços e equipamentos sob sua gestão.

No âmbito da prestação de serviço público, constituem objetivos da VS:

- a) Assegurar a programação e gestão geral dos espaços e equipamentos que, a cada momento, lhe estejam afetos;
- b) Assegurar a programação, produção e supervisão de atividades físicas e desportivas de iniciativa municipal que se enquadrem no âmbito das opções de incentivo e apoio à prática desportiva, definidas pela Câmara Municipal;
- c) Participar em coproduções ou colaborações com outras entidades, públicas ou privadas, que se enquadrem no seu objeto social;
- d) Assegurar a produção e supervisão de atividades de lazer e de animação de iniciativa municipal que se enquadrem no âmbito das opções culturais definidas pela Câmara Municipal;
- e) Assegurar a gestão, exploração e manutenção de espaços e equipamentos que, a cada momento, lhe estejam afetos.
- f) Promover e dinamizar a prática das diferentes atividades físicas e desportivas e desportivas, incluindo o desporto arlaxado, com especial enfoque no desporto de formação e na igualdade de género, privilegiando sempre a responsabilidade social das instituições;
- g) Contribuir para o desenvolvimento desportivo do concelho;
- h) Otimizar a gestão das infraestruturas desportivas do concelho, ao nível da operação e manutenção, bem como da maximização da utilização das diversas instalações;

- 
- i) Contribuir para a formação de públicos, designadamente dos mais jovens, nos domínios da sensibilização e da divulgação do desporto e da atividade física e do lazer;
 - j) Fomentar o intercâmbio desportivo e cultural a nível nacional e internacional;
 - k) Organizar e apoiar ações desportivas, culturais e de lazer de prestígio.
- l) Com o objetivo de aproveitamento de sinergias entre a VS, a Câmara Municipal de Santarém e outras empresas do setor empresarial municipal, na prossecução de uma política de gestão integrada, nomeadamente no que respeita à uniformização de critérios de gestão em diversas áreas, a VS exercerá também a atividade de consultadoria nas áreas da sua especialidade.

1.2 Compromisso de sustentabilidade financeira e organizacional

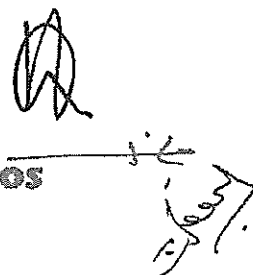
O primeiro e principal compromisso assume-se com a gestão racional e rigorosa, que permita ganhos de eficácia e eficiência no desenvolvimento dos objetivos estratégicos

O novo enquadramento legislativo que regula a atividade empresarial local tem uma abrangência e uma exigência superiores ao anterior.

A Lei 50/2012, de 31 de agosto, que estabelece o regime jurídico da atividade empresarial local (RJAEL) e o Decreto-Lei 133/2013, de 3 de outubro, que estabelece o regime jurídico do setor público empresarial (RJSPE), trazem ao lexico das empresas locais expressões que devem ser o fundamento da sua gestão.

O equilíbrio e a sustentabilidade financeira são o nosso compromisso e o dos nossos trabalhadores, numa efetiva mobilização para uma prestação mais eficiente da oferta de serviços e investimento em novas áreas de negócio, que vá ao encontro das necessidades e expectativas da população do concelho, que assente ainda numa rede de parceiros e patrocinadores que se pretende cada vez maior e mais sólida.

2. Enquadramento e pressupostos para os documentos previsionais para o ano de 2017



2.1 Enquadramento do Orçamento de 2017

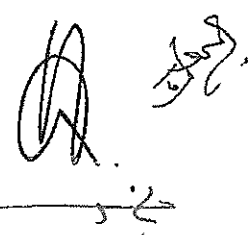
Mantendo-se os pressupostos dos anos anteriores, a ótica da exploração do investimento e do financiamento, que incorpora a gestão dos equipamentos desportivos e de lazer e que permite o desenvolvimento maioritariamente sustentado pelo seu volume de negócios, gerador da rentabilidade, permitirá reinvestir nos equipamentos comoditados e promover um maior desenvolvimento dos valores e das atividades do concelho de Santarém.

Perante a exploração desenhada ao nível das várias vertentes do negócio, perspetiva-se uma rentabilidade geradora de *cash-flows* positivos.

Quanto ao financiamento da atividade, prevê-se a diminuição do nível de subsídios à exploração em relação aos anos anteriores, representando o volume de negócios cerca de 86,6% deste financiamento no ano de 2017. Relativamente ao nível de financiamento da CMS, este apresenta-se na ordem dos 13,5% dos gastos totais. Esta subsídio está prevista para o cumprimento de serviços públicos de interesse geral, maioritariamente para a área do desenvolvimento desportivo e ainda no âmbito dos preços sociais praticados nos equipamentos sob sua gestão.

Preteride-se sejam utilizados apenas recursos próprios da empresa, mais otimizados, que permitam alavancar o volume de negócios e, desta forma, melhorar o nível de independência financeira.

No âmbito deste projeto apenas se prevê recorrer a fontes de financiamento externas para contratação de empréstimo de apoio à tesouraria em caso de necessidade extrema, pontual e objetiva, a liquidar até 31 de dezembro de 2016, obtido o parecer prévio previsto na alínea a) do n.º 6 do artigo 25.º da Lei 50/2012, de 31 de agosto, estando demonstrado que a empresa participada pelo Município em 100%, apresenta as suas contas equilibradas, para efeitos dos artigos 40º e 55º n.º 2 do mesmo diploma, e que os empréstimos contraídos não relevam para efeitos do endividamento do Município nomeadamente na data da contração do empréstimo.



2.2 Contrato programa para 2017

As transferências financeiras do contrato programa estão enquadradas como subsídio à exploração, e destinam-se ao cumprimento de serviços públicos de interesse geral, maioritariamente na área do desenvolvimento desportivo e ainda no âmbito dos preços sociais praticados nos equipamentos sob sua gestão, gastos com gestão de infraestruturas e equipamentos desportivos (as atividades nalguns dos equipamentos são maioritariamente de índole associativa ou social e a sua utilização ocorre essencialmente a título gratuito), e prática de preços sociais, na prossecução do interesse público.

3. Plano de atividades anual

3.1 Principais atividades

3.1.2 Escola municipal de natação (EMNS)

Da análise da escola, face ao número de classes, o número de horas afeto e lecionado em cada classe, o valor correspondente a cada técnico que aí leciona e o valor que cada utente paga pelo referido serviço, pretende-se que a EMNS possa continuar a superar os seus objetivos e metas traçadas na fidelização de utentes, qualidade de serviços, na continuidade do valor gerado para a empresa, sem grandes variações nos últimos anos letivos.

Prevê-se que os rendimentos se possam manter na média dos últimos 3 anos, cerca de 250 mil euros anuais.

A variação do número de alunos e utilizadores informais das instalações de interiores do Complexo Aquático e Piscinas do Sacapeito não é relevante, cifrando-se numa média anual de 1.700 inscritos nos últimos 3 anos.

3.1.3 Parque Aquático Municipal – exterior do Complexo Aquático Municipal

Com utilização durante a época balnear, entre os meses de junho e setembro, este equipamento atingiu níveis de ocupação relevantes: em 2014 contabilizou 135.485 utilizadores, em 2015 152.859 utilizadores e em 2016 176.639 utilizadores.

Comparativamente ao período homólogo em 2014, em 2015 verificou-se um significativo crescimento dos rendimentos de bilheteira obtidos, na ordem dos 20,4%, aumentando o valor de 676.176,30€ em 2014 para 813.970,25€ em 2015.

No ano de 2016, o crescimento das receitas de bilheteira, comparativamente ao ano de 2015, foi na ordem dos 18,5%, registando um aumento do valor de 813.970,25 € em 2015 para 964.383,66 € em 2016.

A este equipamento acorrem maioritariamente utilizadores de fora do Concelho, aos fins-de-semana e feriados, sendo a utilização semanal maioritariamente composta por grupos organizados por escolas, juntas de freguesia, organizações de ocupação de tempos livres e outras entidades sem fins lucrativos.

3.1.4 Festival Nacional de Gastronomia

Organizado pela empresa pela primeira vez em 2013, decorre à data da elaboração deste documento a 36ª edição.

Festival de grande projeção e visibilidade a nível nacional, que se pretende dinamizar atingindo maior dimensão e relevância, com incremento do número de visitantes, patrocinadores e participantes, numa clara aposta no desenvolvimento da economia local e regional numa área de atividade de lazer com grande potencial de crescimento.

3.2 Infraestruturas sob gestão da empresa

Conscientes de que as instalações e equipamentos ocupam um lugar de destaque ao nível do incentivo à prática desportiva e ocupação de tempos livres, continuarão a ser programadas ações específicas de desenvolvimento, atração e fidelização da população para a prática das diversas modalidades que comportam.

3.2.1 Piscinas interiores (Complexo e Sacapito)

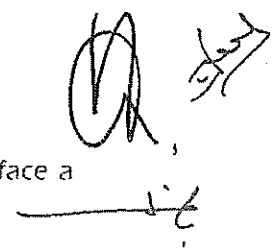
Pretende-se a continuidade do desenvolvimento das atividades regulares neste equipamento, essencialmente ocupado pela escola municipal de natação, escolas do concelho, associativismo desportivo local e população em geral.

3.2.2 Parque Aquático no exterior do Complexo Aquático

Pólo de atração nacional durante a época balnear, pretende-se no ano de 2017 a continuidade da prestação dos serviços, elevando a qualidade das experiências proporcionadas aos utilizadores.

Para além da necessária manutenção anual do espaço e equipamento, pretende-se no ano de 2017 ter a capacidade de substituir e renovar alguns dos equipamentos, que

permitam uma oferta mais alargada e o nível de competitividade da empresa face a outros equipamentos que prestam serviços concorrenciais.



3.2.3 Pavilhão Gimnodesportivo e Nave Municipal

Com utilização maioritária pelos agentes do associativismo desportivo do concelho, pretende-se alargar a novas áreas de negócio, nomeadamente pela rentabilização de espaços e salas com utilização até agora residual.

3.2.4 Outros equipamentos

Pretende-se assegurar a programação e gestão geral dos espaços e equipamentos que, eventualmente e a cada momento, lhe sejam afetos, por comodato ou simples deliberação do executivo municipal.

3.3 Planeamento de atividades multidisciplinares de lazer e tempos livres

Planear e instituir metodologias com uma organização capaz de potenciar um elevado grau de eficiência e eficácia na gestão de todos os recursos necessários à implementação, operacionalização e desenvolvimento de atividades, evitando redundâncias funcionais e promovendo a concertação transversal das necessidades.

Em paralelo, é efetuado o planeamento da utilização dos equipamentos, permitindo uma análise do histórico das atividades e a recolha de dados para a antecipação rigorosa no que se refere aos meios a afetar a cada atividade ou evento.

3.4 Manutenção, conservação e logística

Regulamentação e sistematização das solicitações de entidades externas e de eventos, mas principalmente a decorrente da própria atividade da empresa, planeando todas as intervenções com uma gestão eficiente da afetação de recursos humanos e materiais, de forma criteriosa e seletiva.

A manutenção preventiva e corretiva das infraestruturas é calendarizada com a sequência que afete apenas no mínimo a exploração, potenciando a segurança, a qualidade da prestação dos serviços e a redução dos custos de cada operação.

4. Planeamento económico-financeiro e instrumentos de gestão previsional

Considerando o plano de reestruturação da empresa, deliberado nos órgãos competentes para o efeito, todos os instrumentos de gestão previsional refletem as previsões incluídas no plano aprovado.

4.1 Plano de recursos humanos

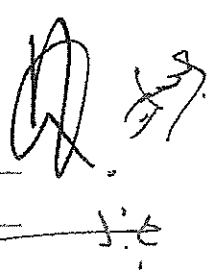
Os recursos humanos, também chamados de capital humano, são um dos principais ativos da empresa.

No ano de 2016 foram preenchidos os 3 lugares de Assistente Operacional Nadador Salvador legalmente exigíveis, no contexto da publicação do novo estatuto que regula o exercício específico desta profissão bem como da limitação da celebração de novos contratos de trabalho.

Por acréscimo do volume de negócios e de número de utilizadores, foi ainda necessária a contratação de 5 Assistentes operacionais para serviços gerais, potenciando o desenvolvimento de tarefas essenciais à prestação de serviços de qualidade.

4.1.2 Estrutura previsional

Departamento Administrativo e financeiro	
Diretor	1
Técnico superior	1
Assistente técnico	2
Assistente operacional	4
Equipa Multidisciplinar de Planeamento de atividades	
Coordenador	1
Técnico superior	
Assistente técnico - encanegado	1
Assistente técnico - nadador salvador	1
Assistente técnico	
Assistente operacional - nadador salvador	1
Assistente operacional	1
Equipa Multidisciplinar de manutenção e infraestruturas	
Coordenador	1



Assistente técnico - encarregado	1
Assistente operacional	19

Quadro de pessoal provisorial para 2017 - total	
Diretor	1
Coordenador	2
Técnico superior	9
Assistente técnico - encarregado	2
Assistente técnico - nadador salvador	1
Assistente técnico	2
Assistente operacional - nadador salvador	4
Assistente operacional	30
TOTAL	58

4.1.3 Custos

Os valores apresentados em termos de custos são globais, considerando que nesta data a orientação para o Orçamento de estado para 2017 trazida a público mantém os pressupostos do ano de 2016, nomeadamente quanto à manutenção do valor dos salários, não tendo sido consideradas quaisquer alterações salariais.

4.1.4 Desenvolvimento pessoal

Consciente de que o êxito da gestão dos trabalhadores depende também do reconhecimento do mérito, está a ser desenvolvido um modelo de avaliação de desempenho, que reconheça o contributo e desempenho de cada trabalhador para os resultados da sua área e identificação de situações suscetíveis de necessidade de correção.

No âmbito da formação, o objetivo é potenciar a qualificação profissional dos trabalhadores, que trará reflexos no seu desempenho, valorização pessoal e criação de valor para a organização.

4.2 Demonstração de resultados previsional

Demonstração dos Resultados por Naturezas - (modelo normal) do ano de 2017

(montantes em euros)

Demonstração de resultados previsional	
Vendas e serviços prestados	1.578.983€
Subsídios à Exploração	247.926€
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	
Variação nos inventários da produção	
Trabalhos para a própria entidade	
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	958€
Fornecimento e serviços externos	871.200€
Gastos com o pessoal	908.049€
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	
Provisões (aumento/redução)	
Imparidade de investimentos não deprecáveis, amortizáveis (perdas/reversões)	
Aumento/redução de justo valor	
Outros rendimentos e ganhos	72.000€
Outros gastos e perdas	40.060€
EBITDA (Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos)	28.638€
Gastos/reversões de depreciação e amortização	19.000€
Imparidade de ativos deprecáveis, amortizáveis (perdas/reversões)	
EBIT (Resultado Operacional)	9.638€
Juros e rendimentos similares obtidos	700€
Juros e gastos similares suportados	
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	10.338€
Impostos sobre o resultado e sobre os lucros	6.833€
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3.505€

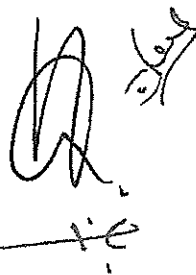
A demonstração de resultados que aqui se apresenta, como acima referenciado, é representativa do estudo económico-financeiro que serviu de suporte à aprovação do plano de reestruturação da empresa pelos órgãos competentes, tendo sido previstos os valores não referenciados, nomeadamente em outros gastos e perdas e gastos/reversões de depreciação e amortização.

4.3 Orçamento de exploração previsual

6	GASTOS	1.039.271,9
61	CMVMC	958 €
62	Fornecimentos e Serviços	871.204 €
621	Subcontratos	0 €
622	Serviços especializados	310.090 €
6221	Trabalhos Especializados	46.678 €
6222	Publicidade e propaganda	26.726 €
6223	Manutenção e conservação	12.905 €
6224	Honorários	136.572 €
6226	Conservação e reparação	87.267 €
6228	Outros	0 €
623	Matérias	56.948 €
6231	Ferramentas e utensílios	20.793 €
6232	Livros e documentação	27 €
6233	Material de escritório	9.864 €
6234	Artigos para cliente	0 €
6235	Produtos Químicos	26.124 €
6238	Outros	0 €
624	Energia e Etilados	306.185 €
6241	Electricidade	165.147 €
6242	Combustíveis	89.003 €
6243	Água	32.035 €
625	Diferenças, estadia e transporte	2.216 €
626	Serviços Diversos	195.737 €
6261	Reparos e Aluguéis	70.910 €
6262	Comunicações	7.260 €
6263	Seguros	8.629 €
6265	Contencioso e notariado	1.226 €
6266	Despesas de representação	290 €
6267	Limpeza, higiene e conforto	0.555 €
6268	Outros serviços	97.980 €
63	Gastos com pessoal	307.045 €
631	Remuneração Orgãos sociais	0 €
632	Remunerações do pessoal	730.092 €
635	Encargos com comunicações	156.249 €
636	Seguros	11.569 €
637	Gastos da ação social	505 €
638	Outros gastos com pessoal	6.714 €
64	Gastos operacionais e administrativos	19.020 €
65	Gastos com juros e dividendos	20.554 €
69	Gastos e perdas de financiamento	2.000 €
7	RENDIMENTOS	1.819.609 €
71	Vendas	4.000 €
72	Preço de serviços	1.576.953 €
	Preço de serviços	1.790.909 €
	Contrato de Alugueres	53.071 €
73	Subsidios de exploração	212.936 €
78	Outros rendimentos e ganhos	72.000 €
79	Juros, dividendos e outros rendimentos similares	200 €

Nota Explicativa:

O valor global do Orçamento de Gastos para o ano de 2017 é de 1.839.271€, e Rendimentos de 1.849.609€



Gastos:

Trabalhos especializados - prestações de serviços manutenção de equipamentos elétricos, assistência especializada, técnico e revisor oficiais de contas ou inspeções obrigatórias de equipamentos;

Publicidade e propaganda - divulgação de projetos, ações ou eventos;

Vigilância e Segurança - prestação de serviços de vigilância e segurança às instalações e atividades em que se mostre necessário;

Honorários - Técnicos ao serviço da Escola Municipal, apoio jurídico e outras prestações de serviços;

Conservação e reparação - trabalhos de conservação e reparação corrente de equipamentos;

Ferramentas e utensílios de desgaste rápido - Ferramentas de uso comum, elétrico e outros;

Material de escritório - estacionário, material informático, artigos de papelaria, software ou hardware;

Eletricidade, combustíveis e água - Consumo nas instalações sob gestão da empresa;

Comunicações - Comunicações móveis e fixas, correio terrestre e despesas com website;

Seguros - Apólices de contratação obrigatória, como Multirriscos, Responsabilidade Civil e Acidentes pessoais de grupo;

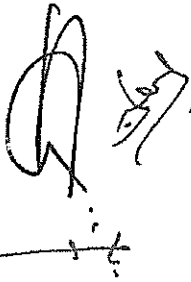
Despesas de Representação - despesas de representação em atividades do interesse da empresa;

Limpeza, Higiene e Conforto - produtos de limpeza, higiene e desinfeção;

Outros Fornecimentos e Serviços - despesas não enquadráveis noutras rubricas, decorrentes de encargos com licenças, atividades e eventos.

Gastos com Pessoal - gastos com salários e respetivos encargos;

Verifica-se que, no decurso do exercício, mostrar-se-á adequado alterar algumas verbas previstas nas contas de gastos, transpondo-as de umas para outras rúbricas, sem qualquer alteração do valor total orçamentado.



Rendimentos:

Prestação de serviços – inscrições e mensalidades na escola municipal de natação, receitas de bilheteira do Parque Aquático, utilização de espaços de jogo e treino, receitas de bilheteira de outras atividades, prestações de serviços ao Município e outras prestações de serviços.

Subsídio à exploração - Contrato programa a celebrar com o Município de Santarém.

4.4 Demonstração de fluxos de caixa previsional

Demonstração dos Fluxos de Caixa do período de 2017 (montantes em euros)

RUBRICAS	PERÍODO
	2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto	
Recebimentos de clientes	1 560.790,72
Pagamentos a fornecedores	877.162,00
Pagamentos ao pessoal	-908.048,00
Caixa gerada pelas operações	-224.419,28
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	0
Outros recebimentos/pagamentos	11.472,11
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	9.553,11
Fluxos de caixa das atividades de investimento	
Pagamentos respeitantes a:	
Ativos fixos tangíveis	10.000,00
Outros ativos	
Recebimentos provenientes de:	
Subsídios ao investimento	
Juros e rendimentos similares	700,00
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	-9.300,00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	
Recebimentos provenientes de:	
Atribuições de capital e de outros instrumentos de capital próprio	
Juros e gastos similares	
Pagamentos respeitantes a:	
Juros e gastos similares	-2.000,00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)	-2.000,00
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	-1.746,89
Caixa e seus equivalentes no início do período	70.000,00
Caixa e seus equivalentes no fim do período	68.253,11

O Conselho de Administração

CC N.º 90/19 (Carlos Ferreira)

RICARDO GONÇALVES

[Assinatura]

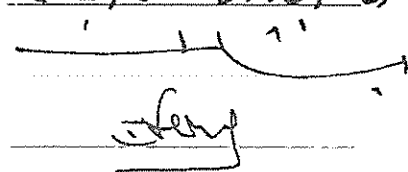
[Assinatura]

4.5 Balanço previsional

Balanço - (modelo normal) a 31-12-2017 (montantes em euros)

RUBRICAS	DATA	DATA
	31/12/2016	31/12/2017
ATIVO		
Ativo não corrente		
Ativos fixos tangíveis	80.400,00	71.400,00
Ativos intangíveis		
Propriedades de investimento		
	80.400,00	71.400,00
Ativo corrente		
Inventários	750,00	750,00
Clientes	331.806,72	350.000,00
Estado e outros entes públicos	50.000,00	30.000,00
Outras contas a receber		
Diferimentos		
Caixa e depósitos bancários	70.000,00	68.752,11
	452.556,72	449.002,11
Total do ativo	532.956,72	520.402,11
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		
Capital próprio		
Capital realizado	65.000,00	65.000,00
Reservas legais	3.160,70	3.340,00
Resultados transitados	89.978,47	302.423,11
Outras variações no capital próprio	4.309,00	4.309,00
Resultado líquido do período	212.444,54	3.504,00
Total do capital próprio	374.892,01	378.567,11
Passivo		
Passivo não corrente		
Passivo corrente		
Fornecedores	45.000,00	40.000,00
Estado e outros entes públicos	50.000,00	36.835,00
Acionistas/sócios	34.703,65	35.000,00
Outras contas a pagar	28.369,06	30.000,00
Diferimentos		
Total do passivo	158.072,71	141.835,00
Total do capital próprio e do passivo	532.956,72	520.402,11

O Conselho de Administração

Richard Gonçalves


CC Nº 9019 (Carlos Ferreira)

.....

4.6 Fundamentação das verbas inscritas no Contrato Programa

No âmbito das competências delegadas pelo Município de Santarém na empresa, celebra-se um contrato programa onde se estabelecem as verbas necessárias para prestação de serviços de interesse público e cobertura do défice de exploração, definindo ainda os graus de eficácia e eficiência que se pretendem atingir na avaliação da execução dos objetivos propostos para este ano.

O défice de exploração decorre da prática de preços sociais e utilização definidas nas orientações do Município para a utilização dos equipamentos e participação em atividades em situação de igualdade de oportunidade, acessibilidade, continuidade e qualidade à população do nosso concelho, no âmbito das obrigações de serviço público.

No subsídio considerado para o ano de 2017, no valor de 247.926€, não estão incluídas verbas a título de pagamentos de prestações de serviços

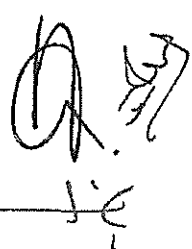
4.7 Prestação de serviços ao Município de Santarém

Estima-se que o valor das prestações de serviços de apoio à prática e desenvolvimento desportivo nas instalações sob gestão da empresa ou que, a cada momento, o município deliberar, a proporcionar ao Município corresponda a 282.074€, acrescidos de IVA à taxa normal.

4.8 Prestação de serviços a outras entidades

Conforme previsto nos estatutos, mediante prévia autorização, a empresa poderá prestar serviços a outras entidades, nomeadamente serviços de consultoria.

5. Compromissos plurianuais – autorização prévia genérica



Proposta de autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais, no âmbito da Lei 8/2012, de 8 de fevereiro, lei dos Compromissos e pagamentos em atraso (LCPA)

Considerando que:

A alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da lei 8/2012, de 21 de fevereiro, dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, está sujeita a autorização prévia;

Esta Lei é aplicável ao setor empresarial local, nos termos do n.º 2 do seu artigo 2.º;

No respeitante às empresas locais estas normas devem ser adaptadas, considerando que o órgão deliberativo da empresa é a sua Assembleia Geral, e que o acionista único, o Município de Santarém, deve mandar o seu representante para deliberação da autorização em reunião de executivo municipal, podendo ser este mandato deliberado em conjunto com o mandato para aprovação dos instrumentos previsionais;

O Conselho de Administração da Viver Santarém, Desporto e Lazer, EM SA, propõe que, por motivos de simplificação e agilização processuais, aplicando uma solução idêntica à preconizada para, por exemplo, as Câmaras Municipais, que a Assembleia Geral, após prévia deliberação de aprovação e atribuição de mandato a representante da Câmara Municipal de Santarém, delibere:

1. Para os efeitos previstos no artigo e com os considerandos supracitados, emitir autorização prévia genérica para a assunção de compromissos plurianuais pelo Conselho de Administração da Viver Santarém, Desporto e Lazer, EM SA, nos seguintes termos:
 - a) Compromissos que resultem de contratações sob qualquer forma jurídica, desde que os encargos resultantes estejam previstos no orçamento para 2017;
 - b) Que estes encargos não excedam, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação, o limite máximo de 50.000€ e o período temporal de 36 meses.
2. A assunção de compromissos plurianuais contidos nesta autorização prévia apenas serão efetivos, para além do previsto no número anterior, desde que sejam

respeitadas todas as regras e procedimentos previstos na referida lei, bem como no Decreto-lei 127/2012, de 21 de junho, que a regulamenta,

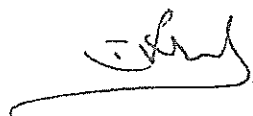
Santarém, 25 de outubro de 2016

O Presidente do Conselho de Administração,

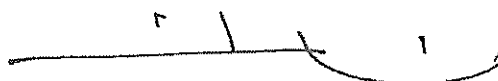
RICARDO GONÇALVES

Ricardo Gonçalves

Os Vogais,



Ines Barroso Lopes



Luis Sousa Farinha

[Handwritten signatures and initials]

PARECER DO FISCAL ÚNICO SOBRE OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL

Introdução

1. Para os efeitos do artigo 25.º, alínea j) da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, apresentamos o nosso parecer sobre os instrumentos de gestão previsional para o exercício de 2017, da **Viver Santarém – Desporto e Lazer, EM, SA**, consistindo, nos Planos plurianuais e anuais de atividades, Orçamento anual de exploração e Balanço previsional (que evidencia um total de ativo líquido de 520 milhares de euros e um total de capital próprio positivo de 379 milhares de euros, incluindo um resultado líquido positivo de 4 milhares de euros).

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do conselho de administração a preparação e a apresentação da informação previsional, a qual inclui a identificação e divulgação dos pressupostos mais significativos que lhe serviram de base.
3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a consistência e adequação dos pressupostos e estimativas contidos nos instrumentos de gestão previsional acima referidos, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso trabalho.

Âmbito

4. O trabalho a que procedemos teve como objectivo obter uma segurança moderada quanto a se a informação previsional contida nos instrumentos de gestão anteriormente referida está isenta de distorções materialmente relevantes. O nosso trabalho foi efectuado com base nas Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria emitidas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, planeado de acordo com aquele objectivo, e consistiu:

- a) principalmente, em indagações e procedimentos analíticos destinados a rever:
- a fiabilidade das asserções constantes da informação previsional;
 - a adequação das políticas contabilísticas adoptadas, tendo em conta as circunstâncias e a consistência da sua aplicação;
 - a adequação da apresentação da informação previsional;

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas n.º 116 - NIPC 503 109 797

Rua D. João de Castro 71 C - 4.º Dt.º - Apartado 148

2334 909 ENTRONCAMENTO

Tel +351 249 720 080 Fax +351 249 720 089

Email: geral@rlgm.pt - www.rlgm-srocc.com

2/2

b) na verificação das previsões constantes dos documentos em análise, com o objectivo de obter uma segurança moderada sobre os seus pressupostos, critérios e coerência.

5. Entendemos que o trabalho efectuado proporciona uma base aceitável para a emissão do presente parecer sobre os instrumentos de gestão previsional.

Parecer

6. Com base no trabalho efectuado sobre a evidência que suporta os pressupostos da informação financeira previsional dos documentos acima referidos, a qual foi executado tendo em vista a obtenção de um nível de segurança moderado, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que tais pressupostos não proporcionem uma base aceitável para aquela informação e que tal informação não tenha sido preparada e apresentada de forma consistente com as políticas e princípios contabilísticos normalmente adoptados pela entidade.

7. Devemos contudo advertir que frequentemente os acontecimentos futuros não ocorrem da forma esperada, pelo que os resultados reais poderão vir a ser diferentes dos previstos e as variações poderão ser materialmente relevantes.

Santarém, 25 de outubro de 2016

Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associado, SROC, Lda

Representada por



José de Jesus Gonçalves Mendes

PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS SOBRE O VALOR DAS INDEMNIZAÇÕES COMPENSATÓRIAS

Introdução

1. Para os efeitos do art.º 25.º, alínea c) da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, apresentamos o nosso parecer sobre o valor das indemnizações compensatórias a receber pela **Viver Santarém –Desporto e Lazer, EM, SA**, detida pelo **Município de Santarém** com base no Contrato Programa a celebrar entre aquelas entidades, no valor de 247 926,00 € (duzentos e quarenta e sete mil novecentos e vinte e seis euros), para o exercício de 2017.
2. Estas indemnizações compensatórias consubstanciadas em subsídios ou outras transferências financeiras das entidades participantes são devidas como contrapartida de obrigações assumidas pela entidade e dizem respeito à prática de preços sociais e à utilização e manutenção geral dos equipamentos desportivos da empresa.

Responsabilidades

3. É da responsabilidade do Conselho de Administração o cálculo do valor da indemnização compensatória com base no citado Contrato e os respectivos pressupostos que lhe estão subjacentes.
4. A nossa responsabilidade consiste em verificar a correcção do cálculo do valor da indemnização compensatória, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso trabalho.

Âmbito

5. O trabalho a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, designadamente a Directriz de Revisão/Auditoria 872 – Entidades Municipais, Intermunicipais e Metropolitanas, que exige que:

- Caso tal Contrato exista e preveja uma fórmula de cálculo tendo por base indicadores variáveis, examine a fundamentação das previsões em que se baseou o cálculo do valor previsto como contrapartida das obrigações assumidas no âmbito do Contrato; e
- Analise os cálculos da indemnização compensatória com base no citado Contrato e nos pressupostos preparados pelo conselho de administração.

Parecer

6. Com base no trabalho efectuado, somos de parecer que o valor das indemnizações compensatórias está adequadamente calculado e decorre dos termos do Contrato Programa e encontra-se suportado pelo orçamento de exploração aprovado.

7. Devemos, contudo, advertir que, frequentemente, os acontecimentos futuros não ocorrem da forma esperada, pelo que os resultados reais poderão vir a ser diferentes dos previstos e as variações poderão ser materialmente relevantes.

Santarém, 25 de outubro de 2016

Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados SROC, Lda


Representada por José de Jesus Gonçalves Mendes

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas nº. 116 - NIPC 503 109 797

Rua D. João de Castro 71 C - 4ª Dt.ª - Apartado 148

2334 509 ENTRONCAMENTO

Tel +351 249 720 080 Fax +351 249 720 089

Email: geral@rlgm.pt - www.rlgm-sroc.com

ACTA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Ao dia vinte e cinco do mês de outubro de dois mil e dezasseis, pelas nove horas e trinta minutos, realizou-se a reunião do Conselho de Administração da Empresa VIVER SANTARÉM – Desporto e Lazer, EM, SA, no Edifício do Complexo Aquático Municipal de Santarém, Jardim de Cima em Santarém, com a presença de todos os seus Administradores, para a seguinte ordem de trabalhos:_____

§ Ponto único – **Instrumentos Previsionais e Contrato Programa para o Ano de 2017.**_____

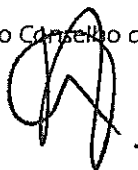
Tomando a palavra o Senhor Presidente, Dr. Ricardo Gonçalves, deu início à reunião do Conselho de Administração desta Empresa, passando ao primeiro ponto da Ordem de Trabalhos._____

Relativamente ao primeiro ponto da Ordem de Trabalhos - **Instrumentos Previsionais e Contrato Programa para o Ano de 2017** – passou a fazer uma pequena exposição sobre o documento aqui trazido para aprovação._____

Depois desta breve apresentação das actividades da empresa previstas para o próximo ano, foram aprovados por unanimidade os Instrumentos Previsionais para o Ano de 2017._____

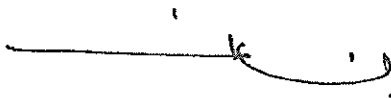
Posto isto, e nada mais havendo a tratar foi dada por encerrada esta reunião do Conselho de Administração pelo Senhor Presidente, que depois de ser lavrada a acta deverá ser lida e assinada por todos os presentes.——

Presidente do Conselho de Administração



(Ricardo Gonçalves Ribeiro Gonçalves)

Vogal do Conselho de Administração

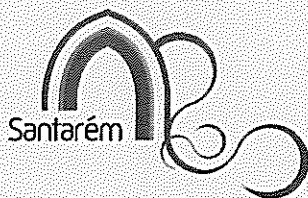


(Luis Manuel Sousa Farinha)

Vogal do Conselho de Administração



(Maria Inês Leiria Barroso Ferreira Lopes)



DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Secção Apoio aos Órgãos Autárquicos

CERTIDÃO

Número 90/2016

-- HUGO FILIPE PATRÍCIO DA COSTA, Diretor do Departamento de Administração e Finanças da Câmara Municipal de Santarém: -----

-- CERTIFICO, para os devidos efeitos, que na ata da reunião ordinária desta Câmara Municipal, realizada em trinta e um de outubro de dois mil e dezasseis, consta entre outras a seguinte deliberação: -----

-- "VIVER SANTARÉM - DESPORTO E LAZER, EM SA - INSTRUMENTOS PREVISIONAIS E CONTRATO PROGRAMA PARA O ANO DE DOIS MIL E DEZASSETE. NOMEÇÃO DE REPRESENTANTE NA ASSEMBLEIA GERAL DA EMPRESA -----

-- Foi presente o ofício número quarenta, de vinte e cinco do corrente mês da empresa **Viver Santarém - Desporto e Lazer, EM, SA** do seguinte teor:-----

-- "Vem a VIVER Santarém, EM, SA, apresentar ao Município de Santarém os Instrumentos Previsionais e Contrato Programa para o ano de dois mil e dezasseis. -----

-- Assim, solicita-se que o órgão executivo da Câmara Municipal de Santarém designe o seu representante na Assembleia Geral da Viver Santarém, EM SA, para apreciação e votação dos documentos, bem como se solicita que seja emitida a respetiva certidão de ata, isentando este ato administrativo, de acordo com a alínea c) do número um do artigo vinte e um, conjugado com o artigo vinte e um A, do Regulamento Geral de Taxas do Município de Santarém, logo que o referido documento seja aprovado em reunião de Executivo Municipal." -----

-- Sobre este assunto, verificaram-se as intervenções dos senhores **Vereadores Francisco Madeira Lopes e Ricardo Segurado**, que irão constar da respetiva ata.-----

-- No sentido de responder cabalmente às questões anteriormente colocadas pelos senhores Vereadores, a senhora Presidente em exercício deu a palavra à **Diretora Administrativa e Financeira** da Viver Santarém - Desporto e Lazer, EM, SA que teceu os esclarecimentos necessários, que serão transcritos na respetiva ata. -----

-- A Câmara, após mais alguma troca de impressões, deliberou, por maioria, com voto a favor

da senhora Presidente em exercício, Susana Pita Soares, quatro abstenções dos senhores Vereadores do Partido Socialista, um voto contra do senhor Vereador da Coligação Democrática Unitária e voto de qualidade da senhora Presidente em exercício, aprovar os documentos previsionais e Contrato Programa da Viver Santarém – Desporto e Lazer, EM, SA., e designar como sua representante na Assembleia Gral da referida Empresa, para apreciação e votação dos documentos em causa, a senhora Vereadora Susana Pita Soares. -----

-- Mais foi deliberado remeter os Instrumentos Previsionais para o ano de dois mil e dezassete, da Empresa Viver Santarém, EM SA à Assembleia Municipal para apreciação nos termos da alínea a) do número dois do artigo vinte e cinco do Anexo I da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, bem como remeter o Contrato Programa para o ano de dois mil e dezassete, para apreciação e votação nos termos do número cinco do artigo quarenta e sete da Lei número cinquenta/dois mil e doze, de trinta e um de agosto.-----

-- Foi ainda deliberado emitir a certidão solicitada isentando a empresa do pagamento da respetiva taxa, nos termos do Regulamento Geral e Tabela de Taxas do Município de Santarém, em vigor. -----

-- Não participaram na discussão e votação deste assunto, os senhores Presidente e Vereadores Inês Barroso e Luís Farinha, em virtude de integrarem o Conselho de Administração da Empresa.” -----

-- Para constar se passou a presente certidão que assino e autentico com o selo branco deste Município. -----

-- Edifício sede do Município de Santarém, aos 31 de outubro de 2016

**O Diretor do Departamento de
Administração e Finanças,**



Hugo Costa

(com competência delegada e subdelegada por via
do despacho conjunto nº. 10, de 15/09/2015)

ACTA NUMERO SEIS

Aos vinte e cinco dias do mês Novembro de dois mil e dezasseis, pelas quinze horas e trinta minutos, reuniram em Assembleia Geral, ordinária, os accionistas da VIVER SANTARÉM – Desporto e Lazer, E.M., S.A., com o número único de identificação fiscal e de matrícula na Conservatória do Registo Comercial de Santarém, número 506 159 540, com o capital social de 65.000,00€ (sessenta e cinco mil euros), na sua sede, sita no Edifício do Complexo Aquático Municipal de Santarém, Jardim de Cima em Santarém._____

O accionista único, Município de Santarém, foi representado pela Senhora Vereadora Susana Pita Soares na qualidade de mandatário da Câmara Municipal de Santarém, conforme mandato deliberado em reunião de executivo municipal em 31 de Outubro do corrente ano._____

Encontrando-se assim presentes todos os accionistas da empresa, que confirmaram a vontade que a assembleia se constituísse em Assembleia Geral Universal (nos termos do art.º 54º do Código das Sociedades Comerciais) sem observância das formalidades relativas à convocação e que deliberasse sobre os seguintes pontos da Ordem de Trabalhos:_____

Ponto Um - Instrumentos Previsionais para o ano de 2017;_____

Ponto Dois – Contrato Programa a celebrar entre a Câmara Municipal de Santarém e a VIVER SANTARÉM – Desporto e Lazer, EM, SA, para o ano de 2017._____

Entrando-se no ponto um da Ordem de Trabalhos, procedeu à apresentação deste ponto “Instrumentos Previsionais para o Ano de 2017”, efectuou uma breve explicação sobre o documento em questão._____

Após a exposição e análise do documento, foi aprovado pela representante do accionista único, com mandato para o efeito deliberado em 31 de Outubro do corrente ano, o ponto um da Ordem de Trabalhos “Instrumentos Previsionais para o ano de 2017”._____

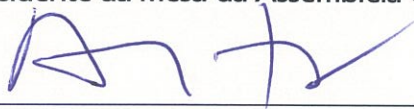
Entrando-se no ponto dois da Ordem de Trabalhos, procedeu à apresentação deste ponto “Contrato Programa a celebrar entre a Câmara Municipal de Santarém e a VIVER SANTARÉM – Desporto e Lazer, EM, SA, para o ano de 2017”, efectuou uma breve explicação sobre o documento em questão._____

Após a exposição e análise do documento, foi aprovado pela representante do accionista único, com mandato para o efeito deliberado em 31 de Outubro do corrente ano, o ponto dois da Ordem de Trabalhos “Contrato Programa a celebrar entre a Câmara Municipal de Santarém e a VIVER SANTARÉM – Desporto e Lazer, EM, SA, para o ano de 2017”.

Nada mais havendo a tratar, foi a sessão interrompida pelo tempo necessário à elaboração da presente acta._____

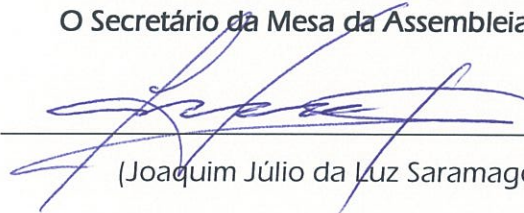
Reaberta a sessão, foi a acta lida na presença simultânea de todos e por estes aprovada por unanimidade, pelo que, de seguida e em conformidade, é assinada pelos Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Secretários da Mesa da Assembleia Geral e pelo representante legal do accionista único Município de Santarém._____

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral



(Alfredo José Henriques Carvalho da Silva)

O Secretário da Mesa da Assembleia Geral



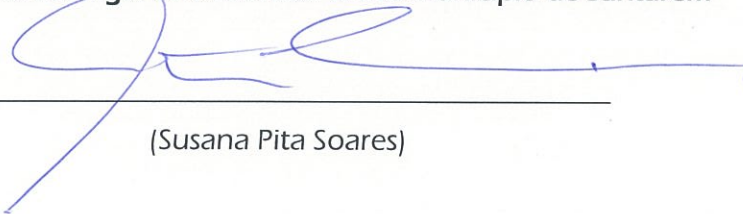
(Joaquim Júlio da Luz Saramago)

O Secretário da Mesa da Assembleia Geral



(Vasco Filipe Rodrigues Tomás)

O Representante Legal do accionista único Município de Santarém



(Susana Pita Soares)